



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



AM IMPORTÂNCIA DE INTERPRETAR A REALIDADE ATRAVÉS DE EXPERIÊNCIAS REGISTRADAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SURDEZ

JACQUELINE MENEZES BARBOSA
FABIANA CASTOR DOS SANTOS
JOSE FERREIRA FILHO

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo:

O presente trabalho tratou de um aluno surdo, realizado com o estudante do curso Letras Libras da Universidade Federal de Sergipe, J. F. R. S. A abordagem metodológica foi um estudo de caso, Bogdan e Biklen (1994, p.89), nos diz que "o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico." Por isso a escolha de uma pesquisa qualitativa com enfoque no estudo de caso, pois possibilita uma análise aprofundada da deficiência escolhida. Ludke, (1986, p.18) afirma que "os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo."

Palavras chaves: Surdo, Inclusão e Educação

ABSTRACT:

This study dealt with a deaf student, carried out with the student travel Pounds Letters of the Federal University of Sergipe, JFRS The methodological approach was a case study, Biklen and Bogdan (1994, p.89), tells us that "the study case is the detailed observation of a context, or individual, from a single source document or a specific event. "so the choice of a qualitative research focused on case study because it enables a thorough analysis of the chosen disability. Ludke, (1986, p.18) states that "the case studies seek to portray the reality of complete and profound way. The researcher seeks to reveal the multiplicity of dimensions present in a given situation or problem, focusing on it as a whole. "

Key words: Deaf, Inclusion and Education

O Discente Pesquisado

O presente trabalho tratou de um aluno surdo, realizado com o estudante do curso Letras Libras da Universidade Federal de Sergipe, J. F. R. S. A abordagem metodológica foi um estudo de caso, Bogdan e Biklen (1994, p.89), nos diz que "o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico."

Por isso a escolha de uma pesquisa qualitativa com enfoque no estudo de caso, pois possibilita uma análise aprofundada da deficiência escolhida. Ludke, (1986, p.18) afirma que "os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo."

O principal motivo da realização desse trabalho se deu por conta da necessidade, curiosidade e interesse pessoal e profissional em me aprofundar e conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiência, em especial a surdez. Segundo Brasil (2006, p. 20) “a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição.” Existe a surdez congênita, quando a pessoa nasce surda e a adquirida ou adventícia, quando no decorrer da vida começa a apresentar a deficiência. Levando em consideração que estamos vivendo um processo de democratização da escola, e com isso a escola passa a conviver com a diferença, então é de suma importância repensar o sentido e a função da escola na atualidade.

Historicamente sabemos da grande luta para a inclusão das pessoas com deficiência. Ao longo do tempo, a sociedade vem mostrando-se preocupada com as questões relacionadas à inclusão, seja para cumprir uma lei, ou pelo simples fato de que ser preconceituoso pode ser considerado feio, ou até mesmo porque de fato houve uma sensibilização e desconstrução sobre o assunto por parte de alguns.

Sabemos que a Educação Especial inicialmente esteve atrelada à alguns preconceitos, discriminações, entre outros. Nos dias atuais é notório alguns avanços importantes em relação a inclusão da diversidade na escola, porém ainda falta muito a se fazer para garantir o direito dos alunos com algum tipo de deficiência. É importante primeiramente, ter em mente que não se consegue nada sozinho, é através da conscientização e sensibilidade, além do querer fazer e aprender de coletivo organizado para conseguir êxito quando se trata dos direitos de todos.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas. (ROPOLI, 2010, p.09).

Através do envolvimento de toda a sociedade é possível dissimular vários pensamentos antecipados que geram a ignorância em relação às questões ligadas a educação especial. As pessoas com Surdez eram e ainda são vistas como incapazes de aprender, durante muito tempo o direito à educação foi negado. De acordo com Souza, (2014, p.12) “percebe-se na trajetória da pessoa surda, desde a crença de muitas pessoas na incapacidade de aprender dos surdos, até o surgimento do método bilíngue.”

Todos têm direito à educação, e com as pessoas surdas não é diferente, temos que lutar quando os direitos dessas pessoas são desrespeitados, pois é dever de todos garantir o acesso com qualidade e sem discriminações. A constituição Federal de 1988 no seu (art. 3º inciso IV) confirma claramente que o objetivo fundamental da educação é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminações”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº9.394/96 no art. 59, coloca que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Diante disso, é dever de todos nós cidadãos e futuros educadores buscarmos conhecimento acerca da Educação Inclusiva, porque devemos ter plena consciência que além do querer, temos que conhecer sobre o assunto, para que então possamos fazer a diferença de maneira que possamos contribuir para a inserção de todos sem distinção.

1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS: CONSTRUINDO UMA LEITURA HISTÓRICA SOBRE O CONTEXTO EDUCACIONAL

De acordo com a LDB (9.394/96) “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.” Essa compreensão é necessária para dissimular a antiga concepção

de que os alunos especiais por sua vez deveriam receber uma educação separada dos demais alunos que não possuía algum tipo de deficiência.

O aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino porque é um cidadão com os mesmos direitos de qualquer outro. Ele precisa de um modelo orientado da língua portuguesa e de exposição ao modelo linguístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre (BRASIL, 1997, p.298)

A lei é clara, quando se trata da educação, enfatiza que o dever de assegurar a educação às pessoas é de toda a sociedade. Isso precisa de fato ser posto em prática, e especialmente, quando se trata da educação especial em que por vezes os direitos das pessoas portadoras de deficiência são desrespeitados. Brasil (2006, p. 22) alerta que “conforme o estabelecido na Resolução do CNE Nº 02/2001, a educação dos alunos com surdez pode ser bilíngüe, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvindo os profissionais especializados em cada caso.”

Pelo processo histórico sabemos que a educação inicialmente foi concebida como prioridade da classe dominante, e com isso promovia a exclusão das minorias como nos mostra Brasil (2008, p. 06), que afirma que “a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social.” Com isso a educação especial se originou primeiramente como uma educação para atender os educandos de forma isolada dos demais, considerados “normais”.

No que se refere a educação dos surdos, antigamente eles não tinham acesso a escola por serem considerados incapazes de aprender. E isso piorava quando o surdo não possuía bens, Souza (2010, p.27) deixa claro que “o surdo pobre, por não possuir bens que interessem a outrem, ficava no abandono, como um desvalido dependente da caridade alheia, quando não era jogado em asilos ou, pior, em prisões.” Isso chamou a atenção do professor Ernest Huet, um francês surdo que veio ao Brasil convidado por D. Pedro II, para tentar fazer algo para melhorar as condições de vida das pessoas surdas.

Iniciando a educação dos surdos no Brasil, o surdo francês Ernest Huet inicia a primeira turma de surdos do Brasil com apenas dois alunos, no Colégio Vassinon. Por determinação do Imperador D. Pedro II, o Marquês de Abrantes acompanhou o trabalho de Huet e formou uma comissão para a fundação de uma escola de surdos. Em 27 de setembro de 1857, através da Lei nº 939, de 23 de setembro de 1857, é estabelecida a primeira dotação orçamentária para o que passou a ser o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (SOUZA, apud ROCHA, 1997, p. 06)

Nesse contexto, pretendemos nos aprofundar nas questões relacionadas a educação dos Surdos que se inicia ainda no Brasil Império através do Instituto dos Surdos Mudos que segundo Brasil (2008, p.06) hoje é o “atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos-INES”. Essa educação foi e é marcadamente por preconceitos, discriminações, lutas e conquistas.

Apesar de a educação de surdos, no Brasil, existir desde o tempo do Império, os preceitos e preconceitos não se alteraram com transcurso do tempo, permanecendo, no imaginário social, a ideia de que surdo é totalmente incapacitado para a comunicação. (SOUZA, 2010, p. 32)

Primeiramente é importante deixar claro que existe uma diferença entre surdez e deficiência auditiva. A pessoa surda é aquela que se utiliza da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que SOUZA (2012, p.66) conceitua como “Língua de Sinais utilizada pelos surdos que vivem no Brasil [...]” e teve uma importante perda auditiva. Ela pode ser congênita, antes da aquisição da fala, ou adquirida ao longo da vida. A surdez pode ser provocada por fatores hereditários, adquirido no parto da mãe, genéricos, entre outros.

Na educação dos surdos existem correntes que defendem a filosofia oralista, que tem como objetivo segundo Souza (2014, p. 11) “desenvolver a fala do surdo, pois para os defensores desse método, a língua falada era considerada essencial para a comunicação e o desenvolvimento integral das crianças surdas”. Souza (2010, p. 49) afirma ainda que a filosofia oralista é [...] “muito defendida por parte dos fonoaudiólogos e pela maioria dos médicos”.

Essa abordagem não obteve êxito porque Souza (2014, p. 11) nos diz que [...] “ os surdos nunca conseguiriam comunicar-se ou falar como os ouvintes de maneira satisfatória, e que mesmo com a determinação dos exercícios com ênfase na fala, as pessoas surdas insistiam em se comunicar por meio da” Língua De Sinais (LS). Desse forma procurou-se outras vertentes com intuito de atender as necessidades dos surdos de maneira satisfatória, surgindo assim a proposta do bilinguismo e comunicação total.

Comunicação Total é uma filosofia de trabalho com a criança surda que implica na utilização simultânea de sinais e fala, uso de aparelhos de ampliação sonora e conseqüente trabalho no desenvolvimento das pistas auditivas e trabalho com fala tanto ao nível de leitura orofacial como de produção[...]. Bilinguismo se refere, no que diz respeito à criança surda, uma filosofia que permite o acesso pela criança o mais precocemente possível das duas línguas: a língua de sinais e a língua oral, mas não fornecidas concomitantemente, dada a diferença estrutural desta duas línguas (SOUZA apud MOURA, 1993, p.1, 25)

O oralismo, comunicação total e o bilinguismo são correntes que defendem aspectos diferentes e que fizeram e fazem história quando o assunto é a educação dos surdos. Essas três abordagens são peças-chaves para compreender o trajeto histórico em que perpassa a defesa da educação da pessoa surda. Cada uma com os seus argumentos em prol de um único objetivo, que é qual a melhor forma de desenvolver a aprendizagem para a pessoa com surdez?

A escolarização de alunos surdos deve seguir as séries e níveis da educação básica e superior. O especial de sua educação não implica alterar essa seqüência, mas destacar como essencial, a educação infantil. O que se constata é que o ritmo da aprendizagem, devido aos bloqueios na comunicação, costuma ser mais lento, particularmente no período da alfabetização e nas séries iniciais.(BRASIL, 1997, p.290)

A educação da pessoa surda passou por vários momentos como já foram expostos até chegar na proposta bilíngue que segundo Brasil (2006)

[...] traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda ao reconhecer a LIBRAS como uma língua, com todo o potencial expressivo de uma língua oral e como instrumento de fortalecimento de estruturas lingüísticas. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo, alarga horizontes e amplia o pensamento criativo da criança surda. Ao abordar a questão da “cultura surda”, a proposta bilíngüe chama a atenção para o aspecto da identificação da criança com seus pares, que lhe possibilita e permite construir a compreensão da sua “diferença”, e, assim, de sua própria identidade. (BRASIL , 2006, p.07)

É notório que ao longo dos anos diante de conflitos, debates em torno da educação da pessoa surda, houve significativos avanços, através de leis, decretos, pareceres e declarações que garantem e reconhecem os direitos dos surdos como é mostrado logo abaixo no quadro 1.

Quadro 1. Algumas Leis e Decretos que garantem os direitos dos surdos

Lei 9.394 em 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Lei nº 8.069 em 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente! Educação Especial
Lei 10.098/94	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 10.436/02	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores

	e de fonoaudiólogos;
Lei nº 12.319, de setembro de 2010	Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.
Decreto nº 186/08	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.094/07	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Fonte: Livro Introdução aos estudos sobre Educação de Surdos.

No Brasil, as primeiras mudanças teóricas sobre a concepção de inserir às pessoas com deficiência no ensino regular ocorrem em 1961 na LDB (4.024/61), e através desse viés as discussões e debates em torno do assunto se amplia para as demais leis, possibilitando uma ampla discussão a respeito dos direitos dos deficientes no que se referia a educação.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e: a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. (BRASIL, 2008, p.08).

A Língua Brasileira de Sinais não é Universal, cada país tem sua própria Língua de Sinais e, ela sofre uma variação linguística dependendo da região. É interessante explicar que há algumas especificidades relacionadas aos surdos. Existem surdos que se comunicam por gestos, mímicas, outros através da LIBRAS, e muitos utilizam a LIBRAS e a Língua Oral, sendo que em situações diferenciadas.

Percebe-se na trajetória da pessoa surda, desde a crença de muitas pessoas na incapacidade de aprender dos surdos, até o surgimento do método bilíngue. Após vários métodos falhos que não levavam em conta a língua, a cultura e a identidade da comunidade surda, o bilinguismo oferece uma maneira inovadora de pensar sobre a realidade da pessoa surda, abrindo infinitas possibilidades de aprendizagem, ou seja, a verdadeira inclusão. (SOUZA, 2014, p.12)

A educação da criança surda deve ser contemplada da mesma forma que as demais crianças como expressa a LDB, Lei Nº 9.394/96, afirmando que o principal objetivo é “desenvolver a criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. E deve cumprir duas funções indispensáveis e indissociáveis: cuidar e educar”.

É importante um currículo contextualizado, que valorize o conhecimento que os alunos possuem, antes mesmo de adentrar à escola, isso serve tanto para as crianças surdas, quanto para as ouvintes. A escola precisa estar preparada para receber o aluno surdo, e para isso é necessário um trabalho em conjunto com a família, promovendo dessa forma interação positiva na qual trará benefícios para a aprendizagem futura desse aluno, principalmente no início da escolarização.

É essencial, para uma interação serena, funcional e proveitosa entre professor e alunos, que esse professor conheça a criança não somente de maneira informal no seu dia a dia na creche, mas também de maneira específica, por meio de informações sobre suas necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2006, p.45)

A observação por parte do professor em relação a seu aluno surdo é fundamental para ajudar esse educando no seu desenvolvimento referente a comunicação, o social, linguístico, e principalmente colaborar O papel do professor em relação à criança com surdez é o mesmo do que com as demais crianças, destacando-se seu papel de mediador da

comunicação, para que ela se entrose no grupo naturalmente, como qualquer outra criança. Possíveis tensões com relação ao comportamento não são ocasionadas pela surdez, mas pelo tipo de interação educativa com a família (em particular devido ao trauma que esta sofreu logo que se descobriu a limitação sensorial da criança), e que poderá apresentar-se na forma de superproteção ou de dificuldade em aceitá-la. Isso facilmente leva a criança à dependência, à falta de organização na vida, aos transtornos emocionais. (BRASIL, 2006, p.46)

com a família e demais profissionais que acompanham o processo de evolução contínua.

O ensino a Língua Portuguesa dirigido ao surdo, deve ser de maneira acessível, com muita ilustração através de textos significativos, fazendo valer o que o aluno já sabe em LIBRAS, para que então possa fazer a (co)relação entre as duas Línguas.

Através da Lei fica claro que a escola deve disponibilizar currículos acessíveis de modo que possam atender as demandas em virtude das suas especificidades. Souza (2014, p.13) afirma que “ a escola precisa ser o espaço concebido para o exercício do processo de desenvolvimento do conhecimento, ou seja, é um espaço de produção cultural, troca de experiências da vivência de cada indivíduo [...]”

É importante que a sociedade em geral tenha conhecimento e sensibilidade para aprofundar essas questões de modo acessível, já que somos todos seres humanos, culturais, sociais, intelectuais, históricos, sujeitos de direitos e devemos lutar para ter esses direitos garantidos.

Portanto, a linguagem deve ser vista como o principal elemento da constituição de ser humano e, também, como eixo principal da grave problemática do processo social e educativo, seja surdo, seja do ouvinte. E essa conotação da linguagem que substancia, em grande parte, o tumultuado debate que, ainda hoje, se registra a respeito da educação dos surdos. (SOUZA, 2010, p.31)

A escola é um espaço de constituição de sujeitos, troca de experiências, aquisição de linguagem, por isso é necessário prover meios para que essa aquisição aconteça de maneira favorável tanto para o surdo, quanto para o ouvinte, deve-se quebrar barreiras, muros, preconceitos, discriminações, etc. Segundo a Política Nacional de Educação Especial, a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. [...] oferecer aos educandos com necessidades especiais modos e condições de vida diária os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida da sociedade. (BRASIL, 1997, p.295)

A conquista da integração é um trabalho árduo, que exige esforços em várias frentes. É importante querer fazer a diferença, e através desse querer buscar meios para fazer valer o querer. E a partir desse momento se perceber como parte de um todo, pois é por meio de toda sociedade e de um trabalho em conjunto que se consegue de fato a inclusão.

A questão não é, simplesmente, tratar de incluir ou não o surdo na escola, uma vez que a escola, especial ou não, pouco contribuiu para diminuir a exclusão dessas minorias, mas, sim, pensar uma escola onde todos tenham reais possibilidades de acesso, de permanência e de terminalidade.” (SOUZA, 2010, p. 53/54).

É necessário repensar o currículo, para que o mesmo proporcione qualidade de vida potencializando as várias capacidades que os indivíduos possuem. Dessa forma a educação escolar precisa estar atenta para promover modificações que são necessárias para atender a todos os seus alunos com igualdade. A escola não é o fim da educação, mas o espaço formal onde se proporciona o ensino instrumental, mas não é só isso, a escola precisa perceber que deve agir para integrar o seu aluno de modo que valorize os conhecimentos que ele possui antes mesmo de adentrar a instituição escolar. A escola deve repensar um ensino em que esteja preocupado com a formação do cidadão, que trabalhe em conjunto com a família desenvolvendo conceitos importantes relacionados à educação para esse educando viver em sociedade como: social, político, ético, humano. Sempre numa dimensão qualitativa de educação, para que esse indivíduo tenha a capacidade de pensar criticamente e agir como o sujeito produtor do próprio

conhecimento histórico.

Adaptações curriculares constituem o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos. (BRASIL, 1997, p. 33).

Houve significativos avanços em relação a educação das pessoas com deficiência, porém precisa ser feito ainda muito, pois vivemos numa sociedade em que pela sua construção histórica e cultural não favorece a inclusão das minorias, a Lei é importante para que faça valer os direitos dos cidadãos, principalmente dos oprimidos que muitas vezes são colocados à margem da sociedade por pessoas preconceituosas. Para avançarmos mais e (des)construirmos a nossa ignorância, precisamos de mudanças em nível arquitetônicas, pedagógicas e culturais que envolve preconceitos e posturas.

1. SUJEITO DA PESQUISA/HISTÓRIA DE VIDA

J.F.R.S é solteiro, tem 23 anos cursa Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe. Ele começou seus estudos na Instituição de Ensino Superior no ano de 2013, atualmente ele se encontra no 2º período do curso. J.F.R.S tem surdez congênita, adquiriu na hora do parto devido a um aborto que sua mãe tentou e não obteve êxito. Segundo J.F.R.S, sua mãe tentou abortá-lo tomando vários remédios, pois engravidou sem nenhuma responsabilidade, ela não queria ter filhos naquele momento, porém não teve os cuidados necessários para evitar a gravidez indesejada. Diante da situação a que ela se submeteu tomando vários remédios, não conseguiu abortar, mas o parto passou por complicações resultando na surdez de J.F.R.S.

Assim que J.F.R.S nasceu foi dado a sua avó paterna, pois sua mãe já tinha manifestado o total desinteresse pela sua guarda, e com isso ele foi criado até os dias atuais por sua avó que aprendeu a chamar de mãe. Desse tempo ele nunca mais teve contato com sua mãe biológica, de acordo com ele a última vez que a viu foi na idade de 15 anos.

Na sua infância enfrentou algumas dificuldades em relação a comunicação, como era a única criança surda ninguém o entendia e isso fazia com ele se sentisse excluído. Mas ele nunca se isolou por conta da sua deficiência, pelo contrário, começou a andar ainda com 2 aninhos. J.F.R.S deu início aos estudos na idade de 6 anos no ensino fundamental em uma escola regular, onde todos eram ouvintes, e isso por vezes dificultava a comunicação entre colegas e professores. A avó de J.F.R.S era professora e diretora da escola, devido a isso inseriu-o para que tivesse acesso a escola desde cedo. Para ele sua família deu total apoio para que ele estudasse, porém sofreu alguns preconceitos nessa fase, por ser o único surdo entre os demais colegas de turma. A comunicação era através dos gestos, mímicas, bilhetes. A maioria dos estudantes não sabiam a língua de sinais e não havia intérprete na sala de aula, tudo isso dificultava, já em relação a aprendizagem era através da capacitação das palavras, fazia a ligação.

Para ele a juventude foi uma fase muito boa, aos 14 anos de idade gostava de jogar bola e vídeo game, ia à praia, conversava com os amigos, nesse caso a comunicação era por bilhetes, porque os colegas não sabiam a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS.

J.F.R.S sempre estudou em escola regular pública e começou a estudar no Ensino Médio com 19 anos no 1º na, essa nova experiência não foi muito diferente do Ensino Fundamental. A aprendizagem se dava com a ajuda dos colegas. As disciplinas que menos gostava era Química, Física, Ciências, Biologia, Matemática, ele nunca reprovou, mas sempre ficava em recuperação nessas matérias. As disciplinas que mais gostava era Português, Artes e Religião. Português porque “conseguia fazer ligação das palavras”, já Artes por conta da contextualização, através dos objetos e imagens e isso promovia uma significação que resultava na aprendizagem para J.F.R.S. É importante refletir a aprendizagem de maneira contextualizada, porque dessa forma o aluno mostra interesse em aprender, especialmente nesse caso pesquisado. Goldfeld (2002, p.101) nos diz que “[...] a linguagem, tendo como função a comunicação e a constituição do pensamento, só pode ser transmitida em um contexto comunicativo, ou seja pelo diálogo contextualizado e espontâneo”.

Assim que completou 23 anos entrou na UFS, começou no Curso Letras Português com o auxílio de um

intérprete para ajudá-lo a realizar os trabalhos acadêmicos. Mas J.F.R.S de início não se adaptou a esse primeiro Curso, e viu uma oportunidade no Curso Letra Libras, portanto fez o vestibular em 2014, pois considerava mais fácil para assimilar o conteúdo, entretanto, percebeu que não houve grandes mudanças e facilidades, as dificuldades continuaram as mesmas, segundo ele. A maior dificuldade que ele teve foi na disciplina de linguística, pois era muita escrita.

Teve um momento em que ele passou por alguns problemas familiares, por morar sozinho com a avó e uma tia, se sentia na responsabilidade de ajudar a família. Teve um período em que a avó sofreu muito porque tinha que cuidar do seu avô que teve AVC, e isso dificultou um pouco a ida dele as aulas na UFS, mas ele não desistiu, com o passar do tempo seu avô melhorou e tudo voltou a normalidade fazendo com que ele continuasse seus estudos.

No que diz respeito ao comportamento dos colegas de turma, ele afirma que “ não tem muitos pontos críticos, pelo contrário, meus amigos me aceitam com naturalidade e o importante é que tem sempre intérprete e isso é fundamental” , concluiu.

Já quando o assunto é a Universidade J.F.R.S diz que “ não mudou muita coisa não, somente algumas mudanças na estrutura, ainda falta sinalizar os departamentos em LIBRAS, acesso adequado para os cadeirantes e deficientes visual, entre outros.” Ele comenta que a maioria dos professores o ajudam, mas cobram resultados.

Algumas das dificuldades que segundo J.F.R.S persistiram e ainda persistem é em relação ao desrespeito das pessoas nos ônibus por ocuparem o lugar que é para o deficiente, no cinema a preocupação é com a falta de legenda nos filmes para que se tornem acessíveis, além de outras milhares de situações de desrespeito, discriminação e preconceito que precisam ser evitadas. Ele considera a Lei de extrema importância, e que precisa de mais rigor na punição e fiscalização para que de fato toda a sociedade cumpra o que está posto.

Impressões finais:

Este trabalho foi enriquecedor no sentido de aprofundamos as diferentes correntes filosóficas a respeito da educação da pessoa surda, além de conhecer a fundo a história de vida de um aluno surdo da Universidade Federal de Sergipe.

Com o embasamento em alguns teóricos sobre a educação da pessoa surda, pudemos constatar a grande luta que houve ao longo da história para que fosse garantido o acesso à educação por parte dessas minorias oprimidas. Mas, percebemos que ainda há muito a se fazer. A entrevista realizada com o aluno J.R.F.S da Universidade Federal de Sergipe foi importante, porque adentramos na realidade de vida de uma pessoa surda, identificando assim o contexto educacional em que ela foi inserida, desde da infância, até os dias atuais.

Portanto, é importante conhecer e estudar cada uma das filosofias que defendem a educação dos surdos para que possamos compreender como se deu o processo de luta pela educação da pessoa surda, pois através da conquista pelo direito à educação essas pessoas conseguiram oportunidades para mostrar que são “normais”, o que elas têm são diferenças as quais todos nós possuímos, não somos iguais, somos todos diferentes e isso é saudável.

É importante ter a clareza de que o que faz a diferença na educação do surdo não é se a escola é especial ou se é escola comum, mas sim a excelência de seu trabalho. Portanto, o mais importante é que a escola tenha um programa pedagógico que atenda às necessidades do aluno com surdez, que ofereça capacitação para a comunidade escolar, que busque parcerias e que tenha em seu quadro de profissionais todos os elementos necessários para o desenvolvimento do trabalho, de forma a educar um indivíduo socialmente ajustado, pessoalmente completo, autônomo e competente, ou seja, um cidadão. (BRASIL, 2006, p.12)

A escola precisa entender que estamos vivendo um outro momento, e que as exigências voltadas para área da educação precisam ser revistas, a sociedade precisa agir no coletivo, ser mais solidária, respeitar os direitos daqueles cuja são negados devido a preconceito, discriminação... É preocupante, quando a escola não compreende qual é o seu

papel na sociedade e mais, quando não tenta refletir sobre as várias problemáticas em seu entorno e até pior, quando exclui. A escola precisa com urgência se capacitar, rever seus currículos, procedimentos metodológicos, para entender que deve promover uma educação igual para todos, sem distinção, formando um cidadão para a vida, não apenas para aprender a calcular, para passar numa prova mas com várias habilidades e competência, desenvolvendo a aprendizagem continuada.

A formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. A igualdade não é o “normal”: todos somos diferentes. Há necessidade de se ver a pessoa como um todo, respeitar as suas diferenças e utilizá-las para a construção de uma sociedade, na qual o somatório das diferenças resulte na construção de um todo mais harmonioso e feliz. Assim sendo, todos têm a contribuir uns com os outros para construção de um novo homem. (BRASIL 2006,p.12)

Respeitar e incluir o diferente é uma obrigação de todos, até porque somos todos diferentes. A educação é o processo mais importante na vida de uma pessoa, é a partir dela que começamos a pensar, a construir relações, precisamos dela para viver em sociedade. Dessa forma tem que ser algo prazeroso, significativo, adaptado, harmonioso, de fácil diálogo, proporcionando assim uma interação em que todos participem com o objetivo de construir um mundo melhor.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8ª edição; Centro de Documentação e Informação, edições câmara.- Brasília 2013

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A educação dos surdos**/organizado por Giuseppe Rinaldi et AL. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Brasília-Janeiro, 2008.

BRASIL, Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima –Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**.- 2º ed.-São Paulo: Plexus Editora, 2002.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**.- Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar**.-São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Introdução aos estudos sobre educação dos surdos**.- Aracaju: Editora Criação, 2014.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação dos surdos em Aracaju**.-São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Texeira, 2010.

Graduada em Português/Inglês pela Universidade Tiradentes, cursando Licenciatura em Letras/LIBRAS pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, possui Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luis de França, Especialização em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade São Luis de França e cursando Especialização em Direitos Infância-Juvenil no Ambiente Escolar "Escola que protege".

Discente de Pedagogia 10º período pela Universidade Federal de Sergipe, membro do grupo de pesquisa em Educação Inclusiva NUPIEPED. atuando no Projeto de Iniciação á Docência – PIBID, com Publicações relacionadas a educação

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Faculdade Atlântico Ltda (2010). Tem experiência na área de Letras, é pós-Graduado em Educação Inclusiva e LIBRAS, trabalha como Tradutor e Intérprete pela SEED-SE, no C.E. Arabela Ribeiro na cidade de Estância, atua na UFS-SE como Tradutor e Intérprete pela empresa Unifel, trabalhou no programa do governo federal "MAIS EDUCAÇÃO" onde foi oficinairo de letramento, durante um ano .E têm participado ativamente vários encontros, simpósios debates, pertinentes a sua área de formação e atuação. atua como tradutor e interprete na universidade federal de Sergipe desde maio de 2012.Foi monitor no curso de Dosvox, ministrou curso de Libras, para alunos da UFS no Programa de Ações Inclusivas ,participa do grupo de pesquisa NUPIEPED.É pós graduando em Livre Docencia e técnicas de interpretação e tradução de Libras pela Univasf (Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco) ano 2014.2 sendo aprovado no mesmo em primeiro lugar.

Jacqueline de Menezes Barbosa

Graduada em Português/Inglês pela Universidade Tiradentes, Cursando Licenciatura em Letras/LIBRAS pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, possui Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luis de França , Especialização em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade São Luis de França e Cursando Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar "Escola que protege".

Fabiana Castor dos Santos

Discente de Pedagogia 10º período pela Universidade Federal de Sergipe, membro do grupo de pesquisa em Educação Inclusiva NUPIEPED. atuando no Projeto de Iniciação á Docência – PIBID, com Publicações relacionadas a educação

Jose Ferreira Filho

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Faculdade Atlântico Ltda (2010). Tem experiência na área de Letras, é pós-Graduado em Educação Inclusiva e LIBRAS, trabalha como Tradutor e Intérprete pela SEED-SE, no C.E. Arabela Ribeiro na cidade de Estância, atua na UFS-SE como Tradutor e Intérprete pela empresa Unifel, trabalhou no programa do governo federal "MAIS EDUCAÇÃO" onde foi oficinairo de letramento, durante um ano .E têm participado ativamente vários encontros, simpósios debates, pertinentes a sua área de formação e atuação. atua como tradutor e interprete na universidade federal de Sergipe desde maio de 2012.Foi monitor no curso de Dosvox, ministrou curso de Libras, para alunos da UFS no Programa de Ações Inclusivas ,participa do grupo de pesquisa NUPIEPED.É pós graduando em Livre Docencia e técnicas de interpretação e tradução de Libras pela Univasf (Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco) ano 2014.2 sendo aprovado no mesmo em primeiro lugar.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: